

CONTRIBUTO PARA A DISCUSSÃO SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES

CAMARADAS:

Este texto tem como fim suscitar o debate dentro da organização para se definir tanto a necessidade de um grupo de estudo sobre a libertação da mulher como as posições da organização sobre este mesmo assunto e as medidas a adptar futuramente com vista a uma actividade organizada. Para isso tencionamos focar vários pontos segundo a opinião vinda do debate de um grupo de camaradas. Não pretendemos apresentar posições definidas sobre o assunto nem abordar todos os temas que a opressão da mulher levanta mas apenas dar uma contribuição para a introdução do debate.

I - A SITUAÇÃO DA MULHER EM PORTUGAL.

Não existem neste momento estatísticas sistematizadas que nos permitam avaliar a situação da mulher na sociedade portuguesa, no actual contexto económico. No entanto, continua a ter actualidade e continuam a ser interessantes para o estudo da situação da mulher alguns dados anteriores ao 25 de Abril de 74 que ao mesmo tempo nos vão permitir explicar a trajectória da radicalização da mulher portuguesa desde então.

Do total da população feminina, no princípio da década de 70 apenas 19,2% eram consideradas economicamente activas sendo as restantes 80,8% não econom. activas constituídos na maior parte por donas de casa, domésticas, estudantes, etc. Estes números implicam que do total da população econom. activa em Portugal apenas 25% fossem mulheres. (Para os homens a percentagem é respectivamente de 62,3% e 37,7%).

Destes 25% as mulheres distribuem-se claramente pelos sectores mais retrógados da economia e consequentemente mais mal pagos. São de destacar o sector dos texteis (mais de 48% do total do setor), da alimentação, vestuário e também agricultura, assim como o sector de serviços que emprega 34,6% da população feminina econom. activa.

No que se refer aos salários de então as mulheres eram evidentemente o sector mais mal pago auferindo em média cerca de 40\$00 diários quantia que variava consoante o sector. Como factor interessante ainda é de referir que a maior percentagem de mulheres ditas econom. activas se encontra entre os 15 e os 24 anos enquanto que, no caso dos homens, é entre os 15 e os 19 que se encontram das médias mais baixas.

Este enumerar de dados embora não actualizados serve de base - entre outros - para uma análise da actual situação e dos factores da sua radicalização. Assim poderemos tirar já algumas conclusões:

Como na maior parte dos países capitalistas avançados as mulheres distribuem-se na grande maioria por sectores como textéis e vestuário que, além de terem condições de trabalho péssimas dado o baixo grau de mecanização (trabalhos extremamente aliehantes, cronometrados), são sempre os mais mal pagos. Isto coloca desde logo a questão da qualificação a que muitas vezes a mulher não tem acesso até porque quando se trata de mandar estudar os filhos se dá prioridade aos rapazes pois serão os futuros "chefes de família", enquanto que a mulher, em principio, só precisa de ficar em casa.

Nestas condições a mulher vê-se obrigada a aceitar qualquer trabalho a qualquer salário pois não tem nenhuma qualificação profissional.

É ainda importante o facto de a maioria das mulheres estar empregada entre os 15 e os 24 anos. Após estas idades há uma baixa acentuada que é facilmente explicada pela falta de creches e outras infra-estruturas que obrigam a mulher - quando nascem os filhos - a voltar para casa para executar todas as tarefas domésticas.

Claro que um salário tão baixo - que é sempre considerado do ponto de vista de ajuda financeira ao marido e não como uma possibilidade

de de independência económica para a mulher - um salário tão baixo, diziamos, não compensa o dinheiro gasto na creche ou na ama.

Ao fim de uns anos é extremamente difícil, se não impossível, à mulher arranjar de novo um emprego pois, além de tudo o mais o patrão prefere pessoal jovem em boas condições físicas que permitam dar o máximo da produção. Além disso têm uma taxa de absentismo menor pois não têm filhos para cuidar e estão dependentes do pai ou do marido o que também dificulta a possibilidade de reivindicação.

De tudo isto podemos concluir que o conjunto das lutas com grande participação da mulher se tem verificado quase exclusivamente nas fábricas em que as operárias, com idades muito jovens, se vêem confrontadas com condições exageradas de exploração.

Por outro lado nota-se no sector de serviços - comércio, escritórios, - meio portanto pequeno-burguês - uma radicalização de cada vez maior número de mulheres que com salários um pouco mais elevados e com maior independência económica se vão já confrontadas com outro tipo de problemas que elas colocam como ponto essencial do seu caderno reivindicativo: a necessidade de creches e infantários, possibilidade das mulheres terem acesso a lugares de chefia, como foi o caso das lutas surgidas no sector comercial da Ciba-Geigy, Caixa Geral de Depósitos, etc.

Quanto ao grande número de "donas de casa" não se fez sentir qualquer movimento significativo o que se verifica até à data pela fraca participação de mulheres em C.M.s e actividades nos bairros.

II - ASPECTOS DA RADICALIZAÇÃO

Antes de mais é preciso ter em conta que, duma maneira geral, a proletarização da mulher isto é a sua integração na produção, é condição essencial para a sua tomada de consciência.

Foi aliás isso que levou Engels a afirmar que a sociedade capitalista trazia em si as próprias condições para destruir as bases da família burguesa e, através da integração crescente da mulher na produção, preparar a sua própria libertação, o fim da "supremacia masculina".

E se essa afirmação continua em parte a corresponder à verdade é preciso não esquecer que essa proletarização não é, no entanto, suficiente para que a mulher chegue automaticamente à necessidade da sua organização. E essa organização é indispensável para que a sua luta de sorne parte integrante da luta da classe operária, para que as suas reivindicações específicas sejam também eixos de luta da classe operária no seu conjunto.

No que se refere à situação concreta da mulher portuguesa torna-se bem claro o que atrás foi dito.

A integração da mulher na produção deu origem a que as primeiras lutas - mesmo antes do 25 de Abril - tivessem lugar, provocadas pelas condições exageradas de sobreexploração nas fábricas (textéis, matricular eléctrico.) Essas lutas não foram no entanto suficientes para que as próprias mulheres tomassem consciência da opressão específica de que são vítimas, isso em parte dadas as condições em que se desenvolvia qualquer luta durante o fascismo (sem discussão, nem organização).

As lutas que se desenvolveram após o 25 de Abril e de que as mais famosas são a Sogantal, Charminha, Portugália, etc. já permitiram, precisamente porque essa discussão já era possível que se colocassem alguns dos eixos essenciais da opressão da mulher se bem que nunca se ultrapassasse o nível regional, e que por isso as conclusões dessas lutas, e as suas formas de organização não tenham sido continuadas.

É nessas lutas que as mulheres se vêm sempre confrontadas com toda uma série de dificuldades práticas - quando têm filhos não sabem onde deixá-los, os maridos ou os pais opõem resistência a que fiquem

de piquete na fábrica, etc, o que leva a que esses problemas sejam coletivamente discutidos e que também pela primeira vez se ponham em causa, na prática, uma série de tabus - ao ficar na fábrica todo o dia e toda a noite torna-se evidente que não é obrigatório nem natural que seja ela a efectuar todo o trabalho em casa, etc.

São extremamente importantes todas as acções até agora levadas a cabo pelas mulheres do sindicato dos serviços domésticos que, por si só, chegaram à conclusão da necessidade de pôr em prática mecanismos colectivos para efectuar tarefas domésticas - lavandarias, e realização na prática de um restaurante-cantina onde todos os trabalhadores da zona podem almoçar e jantar a preços acessíveis sendo todas as tarefas feitas colectivamente pelas próprias trabalhadoras, que assim, em vez de estarem individualmente ao serviço das famílias burguesas, se colocam colectivamente ao lado dos trabalhadores.

Todas estas lutas têm surgido autónoma e espontaneamente e apesar de não serem esquecidas (pelo contrário são sempre lembradas como exemplos) continuam contraditoriamente isoladas ou para e simplesmente sem continuidade. Elas representam claramente o aparecimento do aparecimento embrionário dum movimento de mulheres^a que faltou uma actividade de coordenação e centralização das iniciativas que possibilitasse o seu alastramento e reformo.

Isto coloca portanto uma questão clara: a do alargamento e continuação destas experiencias e sobretudo da sua unificação e estruturação permanentes. É preciso discutir porque razão nada se tem feito nesse sentido e iniciar um debate acerca dos moldes em que se pode levar a cabo essa tarefa. Duma maneira geral nenhuma organização operária apresentou posições definidas sobre o problema da mulher que raramente tem sido discutido, à excepção dos períodos eleitorais em que todos os partidos dedicam parte do seu tempo na rádio e na TV às mulheres portuguesas.

O PC fê-lo numa perspectiva exclusivamente eleitoralista através de uma propaganda que não só não põe em causa a família burguesa como a defende ("queremos um futuro melhor para os nossos filhos e o bem-estar e segurança da nossa família") como é afirmado num panfleto distribuído para a ASS. da República em que (quase) se faz a apologia da mulher como executora das tarefas domésticas e em que se apela ao voto no PC porque: "o ano passado só o meu marido votou no PC mas desta vez vou também votar no Partido Comunista Português"...

As outras orgas. à esquerda do PG pouco ou nada se têm manifestado sobre o assunto sendo de referir a recente criação da UMAR (claramente ligada à UDP) que pretende sobretudo chamar as mulheres para os Gdups (UDP) mas que apenas coloca o problema da luta da mulher contra a exploração na fábrica, os problemas de habitação etc, sem que do seu manifesto se possa concluir que as mulheres têm reivindicações específicas a avançar...

Dentro das empresas os exemplos também não são muito animadores.

Primeiro, como se sabe, é muito reduzida a participação das mulheres quer na vida sindical, quer nas CTs.

Segundo não são raros os casos de empresas como a CUF, Socel, Fametal em que, nas lutas após o 25 de Abril foi votado pelo conjunto dos trabalhadores a diferenciação entre salário mínimo para homens e salário mínimo para mulheres sem atender ao facto do trabalho ser igual.

Conclusão: por um lado são as organizações operárias que ou esquecem completamente o problema da organização das mulheres, ou negam pura e simplesmente a necessidade de um movimento autónomo. Por outro lado, os exemplos citados mostram claramente que a organização das mulheres não passa, não pode passar, numa primeira fase exclusivamente pelas organizações tradicionais da classe operária. Não basta dizer que a mulher tem de participar mais na vida sindical ou na empresa, é preciso fazer algo para que essa participação seja possível.

É evidente que na sua maioria os trabalhadores portugueses ainda não deixaram de ver na mulher a pessoa que tem por obrigação executar as tarefas domésticas e tratar dos filhos mesmo quando está empregada (e nestes casos é mais uma contribuição, sempre reduzida, que ela traz ao salário do "chefe de família").

Na pior das hipóteses, mas muito frequentemente o trabalhador encara a sua mulher como um ser claramente inferior que pode dominar em casa como o patrão o domina a ele em casa fábrica.

Tudo isto mostra claramente a necessidade da consciencialização da mulher e, como consequência da sua organização. Porque uma coisa é certa: terá de ser a própria mulher a criar as condições para a sua emancipação e, ao fazer esta tarefa, ela preparará simultaneamente a emancipação do próprio homem.

III- O MOVIMENTO DE MULHERES

Para uma discussão sobre o que é o movimento de mulheres e o porquê da sua existência temos necessariamente de nos reportar às experiências nesse campo dos outros países capitalistas da Europa, pois em Portugal muito há ainda por fazer.

Este movimento não é nada de homogêneo, perfeitamente caracterizado ou sociologicamente definido. Desde o grupo de mulheres que se forma em determinada fábrica, passando por um grupo de mulheres ou donas de casa neste ou naquele bairro, até um grupo de mulheres num sindicato, todos eles podem ser componentes de um movimento de mulheres. Sociologicamente diferenciado, autónomo em relação aos partidos políticos e em relação às organizações tradicionais dos trabalhadores, o que não significa, e isto é extremamente importante, que seja independente em relação à classe operária. Muito pelo contrário, este movimento agrupa-se numa base de classe (o facto de diversas tendências políticas existirem dentro dele não quer dizer que seja interclassista) e permite agrupar, consciencializar e chamar à luta um número crescente de mulheres. O seu aparecimento é essencial para que as organizações tradicionais da classe operária tomem a seu cargo a defesa das reivindicações específicas das mulheres.

É este movimento que existe já, mais ou menos estruturado, nos países capitalistas da Europa e de que em Portugal nada mais há senão pequenos emblemas, aqui e ali sem qualquer coordenação entre si, sem que qualquer debate os atravesse.

É de referir o exemplo de Espanha em que, num curto espaço de tempo, se têm desenvolvido toda uma série de experiências de auto-organização das mulheres nos bairros, empresas, universidades, que, ao mesmo tempo que apoiam activamente as lutas operárias em geral, colocam alguns dos eixos essenciais da luta pela libertação da mulher.

É importante introduzir um parentesis sobre as causas gerais da crescente radicalização e organização da mulher que referiremos muito sumariamente com a intenção de suscitar o debate também em torno desta questão.

Assim, são as próprias condições de crise económica e social que chama as mulheres para a produção ao mesmo tempo que agrava as condições de vida (inflação, crise de habitação) que põem em causa valores e instituições burguesas como a família. Por outro lado a utilização crescente dos métodos contra-ceptivos (cuja introdução no mercado se liga evidentemente aos interesses e lucros dos capitalistas) deita por terra os "slogans" sobre o papel "reprodutor" da mulher ao mesmo tempo que lhe dá a possibilidade de escolher conscientemente o número de filhos e a liberta de um grande número de tarefas.

Muitos camaradas interrogam-se sobre a necessidade de um movimento de mulheres que, dizem, cairá sempre na luta de sexos, e afirmam que a consciencialização da mulher, a compreensão dos seus problemas específicos só se poderá fazer na prática através da sua integração nas lutas quotidianas da classe operária em geral.

Afirmar isto é esquecer que não é só a mulher a vítima de uma alienação que lhe dificulta a sua tomada de consciência, mas também o conjunto da classe operária.

E isto quer dizer que a integração da mulher na luta é dificultada não só pela barreira imposta pela burguesia mas também pelos obstáculos que lhe são postos pelos seus companheiros de luta. Alguns exemplos práticos

foram referidos atrás e não é demais repetir que para muitos operários o lugar da mulher continua a ser em casa e são eles próprios, em certas alturas, a defender o despedimento prioritário das mulheres porque o seu lugar na produção é visto, por vezes como concorrência. E isto não aconteceu só no s.éc. XIX em que a entrada da mulher no sindicato era proibida...

Afirmar isto é ainda esquecer que a opressão da mulher está enraizada na mentalidade da classe operária sendo também interiorizada nas próprias mulheres, e que esses problemas não desaparecem nas lutas que desenvolvem. O movimento de mulheres é permanente, não desaparece com a tomada do poder pelo proletariado.

São organizadas - e essa organização tem de partir delas próprias - as mulheres podem finalmente tomar consciência da sua exploração e opressão, podem quebrar o seu isolamento e passividade, tomar consciência da sua força e da necessidade do contributo da sua luta para o derrube do sistema capitalista e a vitória do proletariado, defender elas próprias os seus interesses e ao mesmo tempo fazer com que as organizações operárias tomem a seu cargo as reivindicações específicas das mulheres.

IV- REIVINDICAÇÕES A AVANÇAR

- Socialização e divisão das tarefas domésticas
- Creches abertas 24 por 24 horas, gratuitas e de qualidade
- Restaurantes, lavandarias, etc. gratuitos e de qualidade
- A trabalho igual, salário igual
- 40 horas sem diminuição de salário
- Não às cadências infernais
- Fim à discriminação em matéria de empregos
- Protecção à maternidade e salário integral durante a gravidez
- Livre acesso à educação
- ~~- Divulgação livre e gratuita~~
- Divulgação de contraceptivos nas fábricas, escolas e bairros
- Aborto livre e gratuito

V- PORQUÊ A FORMAÇÃO DESTA GRUPO?

Visto tudo o que foi exposto atrás uma pergunta é necessário fazer: porquê a formação deste grupo?

Porque achamos que deve haver um centro coordenador encarregue de discutir e organizar as posições a ter no movimento autónomo de mulheres, com posições concretas e definidas exprimindo as posições da organização.

Assim pretendemos abrir o debate em toda a organização de modo a que todos os camaradas participem no início da intervenção da LCI neste sector.

Mas também porque achamos (e não é demais repetir) que deve existir uma intervenção dirigida concretamente para os problemas da mulher, para que estes e as reivindicações a ele ligadas não fiquem diluídos no conjunto das reivindicações do Movimento Operário, e sobretudo que não sejam substituídas

VI- PROJECTOS DE ACTIVIDADE

- 1- Debate aprofundado para
 - a) definir as nossas posições teóricas para situar a luta das mulheres no contexto social e político da situação actual
- 2- Correspondência com organizações internacionais
- 3- Fazer uma campanha que intervirá no congresso dos sindicatos o no dia internacional da mulher
 - a) contactar com sindicatos, organizações, grupos de mulheres, etc.
- 4- Organizar intervenções futuras

um grupo de camaradas

25/9/76